



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2715

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 14/11/1989

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 40/89. Estima a receita e fixa a despesa do município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1990.

Controle Interno – Caixa: 18 **Posição:** 05 **Número de folhas:** 19

Observação: A descrição orçamentária encontra-se no arquivo físico. Trata-se de anexo contendo 213 páginas. Disponível para pesquisa *in loco*.

P.L. 410/89
para 1990



Caixa 411

Projeto Municipal | Estima a Receita e Fixa a Despesa
Recebido em 14.11.89 | do Município de Montes Claros
Aprovado em 28.11.89 | Na execução financeira
ano de 1990

**ORÇAMENTO
1990**

\$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$

PROJETO DE LEI Nº

DE

DE 1989

ESTIMA A RECEITA E FIXA
A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE MONTES CLAROS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
1990.

O Povo do Município de Montes Claros, Por seus Representantes, Decretou e Eu, em Seu Nome, Sanciono a Seguinte Lei:

Art. 1º -O Orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1990 estima a receita em NCZ\$122.009.500,00 (Cento e Vinte e Dois Milhões, Nove Mil e Quinhentos Cruzados Novos) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º -A Receita será realizada, na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos:

	(em NCZ\$1.00)
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>98.080.500</u>
Receita Tributária	23.680.000
Receita Patrimonial	60.000
Receita Industrial	1.000.000
Receita de Serviços	600.000
Transferências Correntes	66.548.000
Outras Transferências Correntes	6.192.500
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>23.929.000</u>
Operações de Crédito	9.286.000
Alienação de Bens	40.000
Transferências de Capital	14.603.000

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei, que apresentam a composição por função, órgão, categorias de programação, categorias econômicas e conforme o seguinte desdobramento:

FUNÇÕES E ÓRGÃOS

(NCZ\$1.00)

LEGISLATIVA

7.656.900

Câmara Municipal

7.656.900

JUDICIÁRIA

1.424.880

Procuradoria e Consultoria Jurídica

1.424.880

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

31.436.620

Câmara Municipal

600

Secretaria Municipal de Governo

3.580.860

Auditoria Geral

170.800

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

4.416.830

Secretaria Municipal de Administração

11.837.230

Secretaria Municipal da Fazenda

9.912.450

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

350.900

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

1.166.950

AGRICULTURA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

2.673.060

2.673.060

EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria Municipal de Governo

25.698.440

646.000

Secretaria Municipal de Educação

18.977.650

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

6.074.790

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

1.036.000

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

1.036.000

HABITAÇÃO E URBANISMO

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

16.612.180

1.484.400

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

12.891.620

Secretaria Municipal de Obras

2.100

Secretaria Municipal de Ação Social

2.234.060

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

5.487.760

151.660

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

226.800

Secretaria Municipal de Ação Social

4.804.500

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

304.800

SAÚDE E SANEAMENTO

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

17.766.210

9.114.000

Secretaria Municipal de Saúde

7.680.210

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

972.000

TRABALHO

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

900

900

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Secretaria Municipal de Administração

4.054.310

392.080

Secretaria Municipal de Ação Social

3.662.230

TRANSPORTE

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

8.162.240

5.438.600

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

2.723.640

TOTAL

122.009.500



Art. 4º - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, mediante prévia autorização da Câmara Municipal, poderá abrir créditos suplementares para atender o reforço de dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes, mediante a anulação, total ou parcial, de dotações orçamentárias.

Parágrafo Único - Mediante autorização do Legislativo Municipal, poderão ser suplementadas, pelo valor do excesso de arrecadação efetivamente realizada sobre a previsão orçamentária, as dotações que correspondem à aplicação do produto de receitas vinculadas, derivadas de transferência, contribuições federais e outras.

Art. 5º - Mediante prévia autorização do Legislativo Municipal, poderá o Executivo realizar operações de crédito por antecipação de receita.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá, mediante prévia autorização legislativa, realizar operações de crédito no país e no exterior, até o limite que vier a ser autorizado e observado o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal e as disposições do Senado Federal pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Na contratação de crédito no país, poderá o Poder Executivo estipular como garantia subsidiária, a vinculação dos recursos referentes à quota Municipal do Fundo de Participação dos Municípios, ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 7º - O Poder Executivo, por decreto e no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para a movimentação de dotações atribuídas às diversas Unidades Orçamentárias.

→ Art. 4º - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 40% (Quarenta por cento), da despesa orçamentária visando reforçar dotações que se tornarem insuficientes, para o que, se necessário, poderão anular, total ou parcialmente, dotações orçamentárias.

Parágrafo Único: Serão suplementadas pelo valor do excesso de arrecadação efetivamente realizada sobre a previsão orçamentária, as dotações que correspondem à aplicação do produto de receitas vinculadas, derivadas de transferências, contribuições federais e outros, não se incluindo estas suplementações no limite fixado neste artigo.

→ Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (Vinte e Cinco por Cento) da receita prevista nesta lei, conforme as disposições legais vigentes.

~ Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito no país e no exterior, até o limite de NCZ\$9.286.000,00 (Nove Milhões, Duzentos e Oitenta e Seis Mil Cruzados Novos) observado o artigo 165, parágrafo 8º da Constituição Federal e as disposições do Senado Federal pertinentes à matéria.

Parágrafo Único: Na contratação de crédito no país, poderá o Poder Executivo estipular como garantia subsidiária, a vinculação dos recursos referentes à quota Municipal do Fundo de Participação dos Municípios, ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art: 7º - O Poder Executivo, por decreto e no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para a movimentação de dotações atribuídas às diversas Unidades Orçamentárias.



Art. 8º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanha a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas neste Orçamento.

Art. 9º - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1990, a partir de 1º de janeiro.

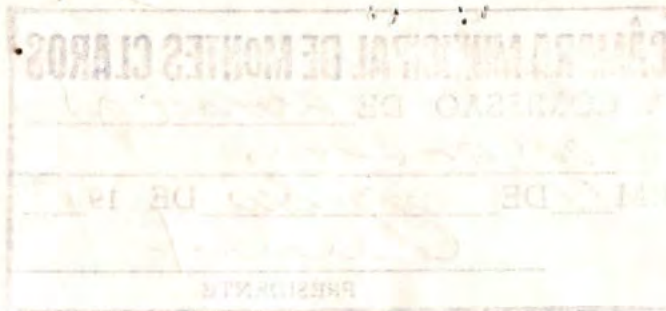
Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 28 de novembro de 1989.

Vereador Carlos Welth Pimenta de Figueiredo
Presidente da Câmara

Vereadora Marlene Tavares Cardoso
1ª Secretária



Art. 8º - O Poder Executivo através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas neste Orçamento.

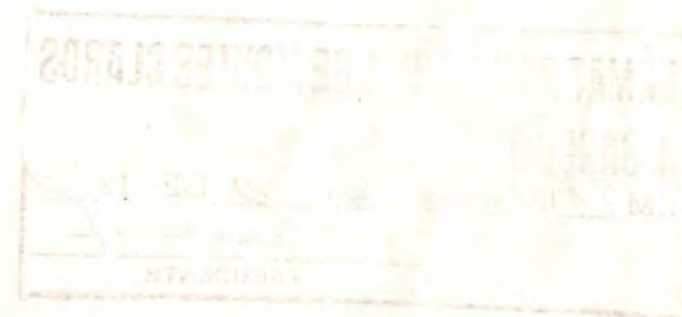
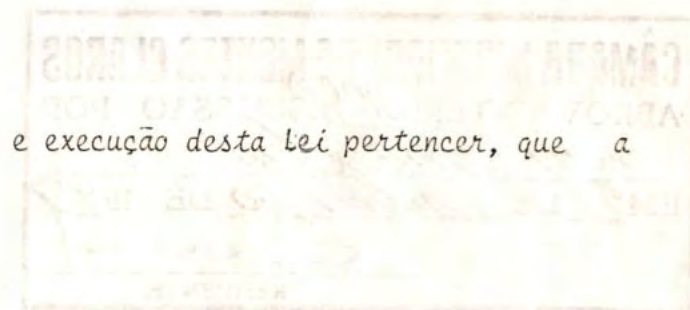
Art. 9º - Esta lei vigorará durante o exercício de 1990, a partir de 1º de Janeiro.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela contém.

Montes Claros, aos 29 dias do mês de Setembro de 1989.

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



Sou Eterno Devedor
de
vossa
boa
aprovação
Francisco Macedo
Sou grte. Agradecido
Joaquim de Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
e ORÇAMENTO
EM 14 DE maio DE 1959
Joaquim de Almeida
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 11 DISCUSSÃO POR
com emenda
EM 28 DE maio DE 1959
Joaquim de Almeida
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SAÚDE
EM 28 DE maio DE 1959
Joaquim de Almeida
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA MODIFICATIVA À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DESTE MUNICÍPIO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1990.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao projeto-de-lei que contém a Proposta Orçamentária deste Município para o exercício financeiro de 1990:

EMENDA - No Art. 3º do referido projeto, onde consta:

EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria Municipal de Educação, elevar o valor de NCz\$ 18.977.650,00 para NCz\$ 22.977.650,00, com a anulação parcial da dotação de NCZ\$ 6.074.790,00 consignada para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, que fica reduzida para NCz\$ 2.074.790,00.

Sala das sessões, 17 de novembro de 1989.


Vereador Cláudio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
E DOCUMENTO
 EM 4 DE novembro DE 1989

 PRÉSIDENTE

Favorável à emenda
 proposta.

José Macedo

Sou contra a emenda
 Hilário

Favorável à emenda
 J. L.



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDAS À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DESTE MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1990

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta as seguintes emendas ao Projeto-de-Lei que contém a Proposta Orçamentária deste Município para o exercício de 1990:

EMENDA UM - Que se dê ao Art. 4º e seu parágrafo, do referido projeto, o seguinte teor: *Aprovado*

" Art. 4º - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, mediante prévia autorização da Câmara Municipal, poderá abrir créditos suplementares para atender o reforço de dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes, mediante a anulação, total ou parcial, de dotações orçamentárias.

Parágrafo único- Mediante autorização do Legislativo Municipal, poderão ser suplementadas, pelo valor do excesso de arrecadação efetivamente realizada sobre a previsão orçamentária, as dotações que correspondem à aplicação do produto de receitas vinculadas, derivadas de transferências, contribuições federais e outras."

EMENDA DOIS - Que se dê ao Art. 5º o seguinte teor: *Aprovado*

" Art. 5º - O Poder Executivo poderá, mediante prévia autorização legislativa, realizar operações de crédito no país e no exterior, até o limite que vier a ser autorizado e observado o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal e as disposições do Senado Federal pertinentes à matéria . "

Fica mantido, sem qualquer alteração, o parágrafo único do mencionado artigo. "

EMENDA TRES - O Art. 5º passa a ter o seguinte teor: *Aprovado*

" Art. 5º - Mediante prévia autorização do Legislativo Municipal, poderá o Executivo realizar operações de crédito por antecipação de receita.

Sala das sessões, 17 de novembro de 1989.

Cláudio Pereira

Vereador Cláudio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
E DOCUMENTO
EM 2 DE agosto DE 1989
Amorim
PRESIDENTE

Favorável às emendas

Tarciso Macedo

Su Favorável às emendas

Hilário Guimarães

Favorável às emendas

J. L. Pereira

Com: João - SAID - TANCREDO.



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 12 de dezembro

de 19 89

Ol. N.º 051/89

Assunto Veto Parcial às Emendas apresentadas
ao Projeto de Lei Orçamentária

Serviço Secretaria de Governo.



Senhor Presidente,

Ao exame das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, para o exercício financeiro de 1.990, somos conduzidos a negar-lhes sanção, opondo veto parcial às emendas apresentadas ao artigo 4º e § único, artigo 5º e 6º, formulados por essa Casa Legislativa.

Embora reconhecendo que o Legislativo adquiriu independência na prática de seus atos, esta independência, todavia, não pode e não deve ultrapassar os limites de sua competência, tolhen-do ao Município a faculdade de praticar atos exclusivos de sua autonomia, nos termos do art. 165, § 8º da Constituição Federal.

O artigo 4º emendado retira do Poder Executivo a faculdade constitucional de incluir na Lei Orçamentária dispositivos que o autorizem a abrir créditos suplementares. Já o artigo 5º emenda do tolhe a mesma faculdade constitucional de abrir créditos por ante-cipação da receita.

Sancionado o artigo 4º como proposto, sem dúvi da, em sua esteira, graves prejuízos advirão ao Município, eis que lhe tira o mínimo de flexibilidade orçamentária e fere os princípios bá-sicos do planejamento, que exige equilíbrio e maleabilidade. Além dis-to, contraria o interesse público, porque muitas obras ficariam para-lisadas por falta de recursos financeiros, oriundos das diversas dota-ções orçamentárias, já previstas, analisadas, planejadas e que esta-riam corroídas pela inflação.

O art. 5º emendado, por sua vez, também impõe a prévia autorização legislativa, para a realização de operações de

...

...

...



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em,

de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço



crédito por antecipação de receitas.

A emenda contraria os dispositivos constitucionais, art. 165, § 8º da Constituição Federal, art. 157, § 3º da Constituição do Estado de Minas Gerais e o art. 7º da Lei nº 4.320/64.

Estas disposições constitucionais facultam ao Poder Executivo a contratação de abertura de créditos por antecipação de receita, independentemente de autorização legislativa, para ca da operação a ser realizada.

A par destas disposições, essa Casa Legislativa, na legislatura passada, aprovou a obtenção de recursos, até o limite de NCZ\$-9.286.000,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e seis mil cruzados novos), quando autorizou a assinatura do Contrato do Projeto Cura, atual Produrb, através da Lei nº 1.528, de 11.04.85 e que correspondia a 600 mil Otns. na época. Vê-se, pois, que a emenda ou a alteração do artigo 6º original torna-se inconstitucional e fere também, profundamente, o interesse público, podendo, radicalmente, recu sos importantes a serem recebidos. É cristalina a contradição. Como tal, não pode permanecer.

Com fundamento nas razões alegadas de ordem constitucional e de interesse público, vemo-nos na contingência de opor veto às emendas aos artigos 4º e § único, 5º e 6º do Projeto de Lei Orçamentária, para que resultem aprovados na sua íntegra, os referidos artigos 4º e § único, 5º e 6º do Projeto de Lei Orçamentária original, devolvendo-as ao reexame dessa Casa Legislativa.

Ao ensejo, apresentamos a V. Exa. e aos Senhores Vereadores os protestos de elevado respeito.

...

...

...



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, _____ de 19____

Of. N.º

Assunto

Serviço

Cordialmente,


Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



Exmº Sr.

Dr. Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

DD. Presidente do Legislativo de Montes Claros-MG.

N E S T A



Prefeitura Municipal de Montes Claros - M. G.

Em, 28 de Setembro de 1989

Of. N.º : SG - 2809/89

Assunto : Mensagem (Encaminha Projeto-Lei/Orçamento)

Serviço : Secretaria de Governo

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência o Projeto-Lei que orça a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 1.990 em NCZ\$122.009.500,00 (Cento e Vinte e Dois Milhões, Nove Mil e Quinhentos Cruzados Novos).

A Receita foi estimada com base na legislação em vigor e nos valores arrecadados pelo Município em 1.989, até setembro, e nos exercícios anteriores, observando os índices inflacionários do País.

A Despesa foi fixada em igual valor da receita, considerando a necessidade de gastos de manutenção dos órgãos municipais e o levantamento de demandas prioritárias da População dos diversos bairros e zona rural.

Todas as normas relacionadas com a matéria foram atendidas, e o executivo se compromete a executar racionalmente a aplicação dos recursos ora estimados.

A Proposta Orçamentária ora apresentada, objetiva cumprir as metas e diretrizes básicas que norteiam o Plano de Governo dessa Administração, visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico e social do Município.



Prefeitura Municipal de Montes Claros - M. G.

Em, 28 de Setembro de 1989

Of. N.º : SG-2809/89

Assunto: Mensagem (Encaminha Projeto-Lei/Orçamento)

Serviço: Secretaria de Governo

Pimenta

Certos da aprovação do presente Projeto-lei, reite_ ramos os nossos desejos de que Legislativo e Executivo se unam ainda mais em favor dos anseios de progresso de nosso Município.

Cordialmente,

[Signature]
Dr. Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Dr. Carlos Welt Pimenta de Figueiredo

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Nesta